

O “SCOUTING FOR BOYS” ABRE PARA MULHERES: A IMPLANTAÇÃO DA CO-EDUCAÇÃO NO ESCOTISMO BRASILEIRO\*

The “Scouting for boys ‘open for women: implementation of co-education in Brazilian Scouting

Aldenise Cordeiro Santos\*\*

Dinamara Garcia Feldens\*\*\*

RESUMO

O presente artigo trata da presença da mulher no movimento escoteiro, que foi criado em 1907, por Robert Stephenson Smyth Baden-Powell (1857-1941), destinado a jovens meninos ingleses. A partir do processo de co-educação (1979-1985), ocorreu no escotismo brasileiro a abertura de tropas mistas, em que escoteiros e escoteiras passaram a participar mutuamente de suas atividades. Este texto tem por objetivo pensar a inserção e presença da mulher no movimento escoteiro, esta pesquisa é composta da análise de documentos que tratam da co-educação no escotismo e de bibliografias referentes à mulher e à educação. Entendendo ser necessário compreender quais questões influenciaram a implantação da co-educação nos grupos de escoteiros, tendo em vista que os elementos que coadunam nas questões de gênero também incidem em tropas escoteiras mistas. Outrossim, tendo em consideração que o escotismo é um território educacional, em que se desvelam movimentos de ensinar e aprender.

**Palavras-chave:** mulher, co-educação, escotismo.

ABSTRACT

This article deals with the presence of women in the Scout movement, which was created in 1907 by Robert Stephenson Smyth Baden-Powell (1857-1941), aimed at young English boys. From the co-education (1979-1985), occurred in Brazil scouting troops to open mixed, in which Boy Scouts and Girl Scouts began to participate in another of its activities. This text is aimed at reflecting the insertion and presence of women in the Scout movement, this research consists of analysis of documents dealing with the co-education in scouting and bibliographies related to women and education. Understanding is necessary to understand what issues affect the implementation of co-education in scout groups, since the elements that are consistent in gender issues also relate to mixed Scout troop. Whereas, scouting is an educational area, where movement reveal themselves to teach and learn.

**Keywords:** women, co-education, scouting.

Baden-Powell, ao criar o escotismo em 1907, propôs que as atividades escoteiras fossem realizadas pelos meninos de seu país. Suas idéias eram resultados de experimentações adquiridas quando escrevia para formação de jovens militares. Seus livros *Reconnaissance*

\* Esta pesquisa faz parte de um estudo, desenvolvido no Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes, que tem por objetivo cartografar subjetividades de mulheres no movimento escoteiro.

\*\* Aluna bolsista (PROCAPS/UNIT) do Mestrado em Educação pela Universidade Tiradentes – UNIT. É membro do Grupo de Pesquisas Educação, Cultura e Subjetividades (GPECS/CNPq/UNIT). E-mail: aldenisecs@yahoo.com.br

\*\*\*Doutora em Educação pela UNISINOS. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes - UNIT. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividades (GPECS/CNPq/UNIT). E-mail: dfeldens@hotmail.com

*and Scouting (Busca e Reconhecimento – 1884)* e *Aids for Scouting for NCOs and Men (Ajuda a Homens e Oficiais não Comissionados em Operação de Reconhecimento - 1898)* eram um sucesso, não só entre militares, mas também entre jovens civis de seu país (HILLCOURT, 2008, p.14).

Powell sentiu-se provocado a produzir um livro direcionado à juventude do seu país, o que refletiu sua preocupação com a população jovem, a qual não tinha além da escola atividades atraentes para essa faixa etária. Desse modo, “reuniu uma biblioteca especial e estudou nestes livros os métodos usados em todas as épocas para a educação e o adestramento de rapazes” (Idem, p. 15). Instrumentalizando-se de novas teorias educacionais, como as idéias escolanovistas aliadas a sua experiência de vida, para formar o conjunto de pensamentos que compôs o Método Escoteiro (NASCIMENTO, 2006, p.269).

Em 1907, experimentou as técnicas escoteiras com cerca de 20 jovens, em um acampamento na ilha de Browsea (Inglaterra), no Canal da Mancha, que se configurou no primeiro acampamento escoteiro realizado no mundo (UEB, 2007, p.2). Desde então, inúmeros jovens repetiram rituais imortalizados pelo fundador, que compõem os aspectos simbólicos do movimento escoteiro mundial.

Já no ano seguinte, iniciou a publicação do livro *Scouting for Boys (Escotismo para rapazes – 1908)*, lançado nas bancas inglesas em seis fascículos quinzenais que somaram 400 páginas (HILLCOURT, 2008, p.15). Essa ação levou a centenas de jovens, inicialmente na Inglaterra a organizarem-se de acordo com as indicações do autor. Afinal, “o Escotismo deve ser considerado como uma cultura, que se ajustou a diferentes culturas infantis e juvenis” (NASCIMENTO, 2008, p.9).

O movimento escoteiro de Baden-Powell é baseado fortes valores morais, que estão compreendidos no texto do livro *Escotismo para Rapazes (1908)*. No escotismo “a fixação dos valores morais e o estabelecimento dos padrões disciplinares não podiam ser obtidos através do castigo físico imposto aos meninos, mas através de atividades que substituíssem os maus hábitos por ocupações que absorvessem a sua atenção” (NASCIMENTO, J., 2008, p.130). Neste ponto, recordamos Foucault que em *História da Sexualidade I – a vontade de saber (1994)*, intitula o primeiro capítulo de “Nós, vitorianos” e trata, em seguida, de como o regime vitoriano foi baseado em fortes valores morais. Destarte, retornamos para o processo de formação do movimento escoteiro, que ocorreu no período de intensa influência da Era Vitoriana, mesmo que fundado depois da Inglaterra ter sido governada pela rainha Vitória (1819-1901), um momento de intensa repressão moral, toda a carga cultural e moralizante ainda reverberava muito presente no início da formação do escotismo.

“O Escotismo é um movimento, não uma organização” (BADEN-POWELL, 2009), e enquanto movimento poderia ser modificado, recomposto com o tempo, com as experiências e com as mudanças. A circunstância que levou B.-P.<sup>1</sup> a criar o movimento bandeirante foi a presença de mulheres entre escoteiros. Meninas apareceram uniformizadas, com trajes parecidos aos escoteiros, entre os meninos em frente ao Palácio de Cristal, em Londres, no primeiro evento de demonstração de técnicas escoteiras, que

<sup>1</sup> Baden-Powell

contou com a presença de seu fundador. Sobre esse episódio de 1909, B.-P. disse: “somos escoteiras’ disse-me, com ar de segurança, uma meninazinha espevitada de mais ou menos onze anos, na primeira concentração escoteira” (2009, p.293).

Nas suas notas de organização do livro *Escotismo para rapazes*, Baden-Powell afirmou que o método poderia ser estendido para treinamento de meninas. O sucesso que o modelo do pedagogo inglês encontrou junto aos rapazes também contaminou as meninas das ilhas britânicas, que leram os mesmos textos e começaram a praticar as atividades descritas, normalmente organizadas sob a forma de patrulhas e fazendo as devidas adaptações no processo de adestramento, mesmo sem colaboração dos adultos. (NASCIMENTO, J., 2008, p.71)

No mesmo ano, escreveu o artigo *Programa para as Guias* (UEB, 1987). Como o movimento escoteiro estava em expansão, ao criar as Tropas de Guias<sup>2</sup>, pediu auxílio de sua irmã Agnes Baden-Powell para a condução do movimento das Guias. Depois do reconhecimento do movimento bandeirante foi publicado o livro *Como moças podem ajudar a construir o Império – How girls can help build up the Empire* (1912), escrito por B.-P. e sua irmã (UEB, 1987).

Na Inglaterra fortemente marcada pela cultura vitoriana, o método para o movimento bandeirante teve que sofrer um abrandamento, visto que as meninas bandeirantes não foram vistas com bons olhos fazendo atividades culturalmente de meninos. O escotismo já vinha rompendo com o estabelecimento de papéis de gênero, quando propunha que homens fizessem coisas de mulheres como cozinha, costurar, lavar e limpar. Levar mulheres para acampar e enfrentar o mundo desconhecido das aventuras não seria uma tarefa fácil.

As meninas eram geralmente seguidas por meninos na rua, que lhes atiravam projéteis, ao mesmo tempo gritavam: “Guias, repolhos de Bruxelas, aí vão”. As portas das sedes das companhias deviam permanecer muitas vezes fechadas, devido ao tumulto muitas reuniões tiveram que ser suspensas. (UEB, 1987, p.14)

O *Girl Guiding*<sup>3</sup> de Baden-Powell para fadas, bandeirantes, guias e chefes foi publicado pela primeira vez em 1918, nele B.-P. escreveu as principais características do Guidismo, movimento de guias. Neste texto, faz uma análise da inserção da mulher em atividades que antes não desempenhava, e diz que “uma mulher capaz de desempenhar bem um trabalho é respeitada pelos homens e pelas outras mulheres, que estão sempre prontos a seguir-lhes os conselhos; ela se torna um guia. Mais tarde, se tiver filhos, ou se educar crianças, será verdadeiramente um guia para eles” (1955, p.74).

<sup>2</sup> O termo Guia faz referência ao Corpo de Guias que trabalha nas fronteiras da Índia, em regiões montanhosas de difícil acesso e por isso seu trabalho é tão reconhecido. Também faz alusão a dificuldade de meninas ingressarem em um movimento criado para meninos, em uma sociedade de valores tão patriarcais como a inglesa. (BADEN-POWELL, 1955, p.20)

<sup>3</sup> Neste artigo, utilizamo-nos dos extratos do livro *Girl Guiding* de 1918, *Guidismo I* e *Guidismo II*, publicados pela União dos Escoteiros do Brasil em 1984. Também procedemos análise de uma edição do *Girl Guiding*, a primeira edição do Brasil, publicada em 1955, pela Federação das Bandeirantes do Brasil. O texto é uma tradução do original escrito por Baden-Powell, por isso logo em seu prefácio a Bandeirante Chefe Maria Luisa Vasconcellos avisa que as informações não foram modificadas à realidade brasileira para que as integrantes da FBB pudessem ter contato com as ideias que fundaram o movimento, mas corresponde as características da sociedade inglesa.

Agnes assumiu o movimento bandeirante e deixou a presidência em 1918, quando Lady Baden-Powell, a esposa de B.-P., ocupou a direção (BOULANGER, 2011, p.245). Nela permaneceu até 1976, trabalhou pelo crescimento do movimento tendo visitado muitos países pelo mundo, inclusive o Brasil, para divulgar e observar como estava desenvolvendo-se o movimento.

No Brasil, a prática do escotismo foi iniciada em 1910, com a fundação do Centro Boys Scouts of Brasil, no Rio de Janeiro, por suboficiais da esquadra brasileira, que voltaram ao país, no Navio Minas Gerais, vindos da Inglaterra, e trouxeram para as terras tupiniquins o método escoteiro, que já era muito difundido na Europa (UEB, 2007).

Alguns brasileiros em passagem ou residindo na Europa presenciaram o início do movimento escoteiro. O tenente Eduardo Henrique Weaver teve contato com o sergipano Manuel Bomfim, que se encontrava em missão de estudos pedagógicos pela Europa, para estudar psicologia e pedagogia, a quem solicitou auxílio para divulgar o movimento que se espalhava pela Europa. E acabou por produzir as primeiras notícias sobre o movimento de Baden-Powell no Brasil, um artigo publicado na revista *Ilustração Brasileira* de 1º de dezembro de 1909, intitulado *Scouts e a arte de Scrutar*, em que apresentava o trabalho que vinha sendo desenvolvido por Baden-Powell na Inglaterra (CCME, 2000)

Do termo “scrutar” acabou surgindo a palavra escotismo, e com ela a ABE – Associação Brasileira de Escoteiros de 1914, que contou com o apoio de uma mulher Jerônima Mesquita, que “residia em Paris e mandou imprimir folhetos de propaganda com tradução do código e juramento (Lei e promessa, como denominado mais tarde) e de trabalhos de B.-P., e enviou para São Paulo” (UEB, 2007, p.6).

No ano seguinte, a Associação Brasileira de Escoteiros instalou em São Paulo uma escola de Instrutores para formar chefes escoteiros (NASCIMENTO, J., 2008, p.83). No jornal “O escoteiro” de 1945, uma publicação da UEB, no artigo *O que é a escola de chefes da federação paulista de escoteiros* traz indicações sobre a formação de chefes no período, e indica que nessa escola os chefes poderiam trocar experiências e participar de cursos de formação de chefes, e compreender que o “escotismo não passa da união de pessoas de todas as classes, de todas as religiões, de todas as idades, que decidiram viver procedendo de maneira voluntariamente correta e alegre” (UEB, 1945, p.16).

Já existia escotismo em muitas partes do Brasil em 1915. As diversas organizações que difundiam sua prática passaram por um longo processo de discussão até que fosse fundada a União dos Escoteiros do Brasil – UEB, em 1924, com o reconhecimento da Organização Internacional, a WOSM.

A ABE implantou escotismo para as mulheres tendo um departamento destinado para elas, dirigido por Kathleen Crompton. Posteriormente, em 1915, a Associação Brasileira de Escoteiras passou a atuar. Entre suas fundadoras estavam, além de Kathleen Crompton, Anna de Queiroz Telles Tibiriçá, Olívia Guedes Penteadó, Hens Coachman, Carolina Penteadó da Silva Telles, Albertina Guedes Nogueira, Amélia Sabino de Oliveira e Flora Jaguaribe Ekman (NASCIMENTO, J., 2008).

No grupo das fundadoras da Associação Brasileira de Escoteiras estavam mulheres que eram intelectuais do período. Anna de Queiroz Telles Tibiriçá e Olívia Guedes Penteado eram membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a segunda criou o Salão de Arte Moderna de 1922, foi a patronesse do movimento modernista e participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932<sup>4</sup>, assim como o 1º Grupo Escoteiro Paulista filiado a Associação Brasileira de Escoteiros. Por essa inclinação em se pensar enquanto escoteiras e ligação com a associação de escoteiros acabou por criar divergências entre a Organização Paulista de Escoteiras e a Federação das Bandeirantes do Brasil.

As dirigentes da OPE consideravam os uniformes adotados pelas bandeirantes inadequados para atividades no campo e muito caros. A FBB era freqüentada, predominantemente, por meninas e moças mais abastadas economicamente, enquanto as escoteiras e os escoteiros, geralmente, eram pessoas de menor poder aquisitivo (NASCIMENTO, J., 2008, p.244).

Depois da fundação em 1919 do movimento bandeirante brasileiro, o movimento se desvinculou do escoteiro. Com isso “o movimento bandeirante, no Rio de Janeiro, ganhou muita legitimidade em face da sua ação para atender a infância pobre de alguns bairros, oferecendo colônia de férias” (NASCIMENTO, J., 2008, p.245). O movimento bandeirante foi influenciado pela Igreja Católica, o que acabava por ter uma única tendência religiosa, e a desmotivar a atuação de outras religiões. Na Era Vargas, o bandeirantismo sofreu assim como o movimento escoteiro com a fiscalização feita pelo Estado varguista de suas atividades.

Aos poucos as mulheres foram adentrando as brechas do movimento escoteiro participando de forma mais efetiva de suas atividades. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) muitas mulheres passaram a ocupar lugares que eram só para homens. O próprio B.-P. afirmou que “a mulher conquistou o seu lugar e, o que é notável conquistou pelo seu próprio merecimento. Todas as mulheres podem, agora, com razão se sentir orgulhosas de si mesmas, do seu sexo e do que fizeram durante a Grande Guerra” (1955, p.209).

Entre essas mulheres que passaram a ocupar lugares de homens está Vera Barclay, que colaborou com B.-P. na elaboração do *Manual do Lobinho (The Wolf Cub's Handbook)*, publicado em 1916 (BADEN-POWELL, 1985, p.11). A partir de então, mulheres passaram a poder chefiar as Alcateias, de meninos de 6 a 11 anos. Para Jorge Carvalho do Nascimento,

Após o início da Primeira Guerra Mundial, muitos jovens escoteiros tiveram que responder aos apelos do Exército e abandonar as práticas do movimento escoteiro, partindo para as frentes de batalha. Assim, algumas mulheres tomaram os lugares antes ocupados por tais jovens. Elas estavam entusiasmadas com a possibilidade de adestrar os escoteiros mais jovens. Uma dessas mulheres transformar-se-ia na principal colaboradora de Robert Baden-Powell para o ramo dos lobinhos: Vera Barclay. (2008, p.61)

<sup>4</sup> Informações contidas em: CANDEIRAS, Nelly. *Olívia Guedes Penteado e a Revolução de 32 (1872-1934)*. Disponível em: <<http://bcultura.com.br/IGHSP/Olivia.htm>>. Acesso em: 10.02.2012.

O elemento maternal da mulher possibilitou sua entrada no movimento escoteiro. Com a criação das Alcateias de lobos, composta por meninos de 6 a 11, a mulher passou a ser acionada pelo movimento, para auxiliar os chefes escoteiros no trato dos lobinhos, as exigências da idade justificaram a permissão para atuação de mulheres no Ramo Lobo. Na II Conferência Escoteira Interamericana, em 1948, foi adotada pela resolução de nº 53 a recomendação da utilização de chefia feminina nas alcateias, entendendo-se o quanto seria importante para o desenvolvimento do Ramo. A presença de mulheres nas tropas escoteiras só foi oficializada no escotismo com os processos de co-educação, que instituíram a possibilidade de uma educação mista para os grupos escoteiros.

O escotismo brasileiro desde 1915 apresenta referências às meninas dentro do movimento<sup>5</sup> e, mais especificamente, dentro do recorte 1915 e 1950, alguns grupos experimentaram a co-educação. O Ramo Pioneiro iniciou o processo de co-educação no ano de 1968, oficializando-a em 1979. As primeiras Alcatéias Mistas Experimentais começaram a funcionar em 1978 e sua oficialização ocorreu quatro anos depois. Tropas escoteiras e seniores, respectivamente, em 1980 e 1981.

Entre os anos de 1979 a 1985 o processo de co-educação foi implantado no Movimento Escoteiro Brasileiro. O Escotismo passou gradativamente a comportar mutuamente meninos e meninas em suas atividades. Hoje se trata do maior movimento de educação não formal do mundo e congrega cerca de 60000 jovens no Brasil<sup>6</sup>.

## 1 - A historiografia da educação e o escotismo

Uma referência quanto aos estudos acerca do escotismo são as análises do pesquisador Jorge Carvalho do Nascimento, que em seu livro *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil* (2008) constituiu uma obra basilar para estudos na área. O objetivo de Jorge Carvalho nesse texto foi traçar um perfil biográfico de Baden-Powell, bem como analisar o escotismo como uma prática pedagógica.

No campo da História da Educação, são incipientes os trabalhos acerca do escotismo. Para Nascimento, os estudos sobre o tema vêm “(...) reduzindo-o [escotismo] a uma proposta político-ideológica na construção da nacionalidade (...) identificando como movimento militarista nacionalista na educação brasileira.” (2008, p.7).

O movimento escoteiro, por vezes, tem sido analisado como forma de educação militar. Entretanto, a organização procurou em diversos momentos afastar-se dessa caracterização. Durante a Segunda Guerra Mundial, comissários do governo de Hitler tentaram estabelecer ligação entre a juventude hitlerista e o movimento escoteiro, mas por vezes foi recusada por Baden-Powell, o escotismo sofreu represálias e perseguições em 1940<sup>7</sup>. Tais ideias hitleristas não compactuavam com os ideais propostos por seu

<sup>5</sup> UEB – União dos Escoteiros do Brasil. *Documento II: A Co-Educação Do Brasil*. Sempre Alerta: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil. Brasília: UEB, julho/agosto, n.º 79, 1982.

<sup>6</sup> Informação contida no site da União dos Escoteiros do Brasil. Disponível em: < <http://www.escoteiros.org.br/institucional/>>. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>7</sup> Informação contida no site da Organização Mundial do Movimento Escoteiro – WOSM. Disponível em: <[http://scout.org/es/information\\_events/news/2010/el\\_movimiento\\_scout\\_victima\\_del\\_regimen\\_nazi](http://scout.org/es/information_events/news/2010/el_movimiento_scout_victima_del_regimen_nazi)>. Acesso em 23/04/2011.

fundador, que ressaltava o caráter democrático como um dos aspectos essenciais do movimento<sup>8</sup>.

No Brasil, paralelamente aos acontecimentos da Segunda Guerra, a ditadura varguista também tentou utilizar da organização escoteira como forma de militarização da juventude. O governo de Getúlio Vargas vislumbrava no escotismo uma justificativa para militarizar os jovens.

Esta política educacional entendia que “fazer a política do Exército’ significava por em prática, desde o tempo de paz, uma política de preparação para a guerra. Essa preparação, considerada do ponto de vista da ‘mobilização geral’, justificava a intervenção do Exército em todos os setores da vida nacional, inclusive na educação do povo” (HORTA, 1994, p.23). Contudo, a proposta fracassou por conta da “oposição do próprio movimento escoteiro que, mesmo vendo com bons olhos o apoio que recebia das Forças Armadas, reagia contra a sua transformação em movimento militar” (idem, 59). “A idéia de promover a sua expansão por meio de um movimento desvinculado do sistema de ensino é conseqüência do fracasso das tentativas de introduzi-lo nas escolas” (idem 224).

Para Marta Carvalho, neste pensamento de civilizar, moralizar e nacionalizar a sociedade “o escotismo foi incentivado, justamente com outras medidas de formação cívica” (2003, p.38). Dentro dessa perspectiva o escotismo significava a “fusão exemplar de vida saudável e moralizada” (idem, 63).

Dessa forma, compreender o escotismo apenas por esta visão não leva em consideração as possibilidades e características das aplicações do método escoteiro, e, restringe o olhar para um único foco. Sendo que, a maior parte das análises na História da Educação estão centradas, segundo Jorge Carvalho do Nascimento, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Mesmo sendo, como já afirmamos, o maior movimento de educação não formal do mundo (UEB, 2007, p.2) e tendo contribuído com a formação de inúmeras pessoas, ainda há uma escassez de bibliografia sobre o Escotismo, principalmente no que concerne a mulher dentro do movimento. Em 2010, o Escotismo estabeleceu presença no Brasil durante 100 anos, e como forma ou movimento co-educacional, merece um olhar acadêmico para suas ações e intenções.

## 2 - A mulher, a educação e o escotismo

Na escola ou no grupo escoteiro, a entrada de meninas ocorreu de forma similar, mas em momentos distintos. A mulher adentrou a escola com a justificativa de que era preciso educar a menina, futura esposa e mãe. Diversos enquadramentos<sup>9</sup> demarcavam o espaço

<sup>8</sup> Informação contida no site da Organização Mundial do Movimento Escoteiro – WOSM. Disponível em: <[http://scout.org/es/removed\\_documents/libreria/scouting\\_s\\_essentials/the\\_essential\\_characteristics\\_of\\_scouting](http://scout.org/es/removed_documents/libreria/scouting_s_essentials/the_essential_characteristics_of_scouting)>. Acesso em 23/04/2011.

<sup>9</sup> Aqui entendido como processo de disciplinarização dos corpos, que delimita comportamentos, gestos, condutas, com determinada finalidade. Para Foucault, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe” (1987, p. 119). “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser

feminino no ambiente escolar. O escotismo também enquadrava a mulher em modelos que a formassem para o lar e a maternidade, visto que, para o fundador do escotismo,

A influência da mãe é primordial na formação do caráter dos futuros cidadãos; ora ela não poderá dar o que não tiver; é urgente, pois, que as mães sejam capazes de influenciar os filhos, através de sua grandeza moral. Até hoje, infelizmente, a educação do caráter significa: confiança em si próprio, autodomínio, bom humor, dedicação, senso de dever, patriotismo, etc. (BADEN-POWELL, 1984a, p.8)

No Brasil, antes das primeiras classes para meninas, a mulher vivia na condição de submetimento<sup>10</sup>. No período colonial, quando pensamos o acesso ao conhecimento devemos lembrar que eram os homens de família abastadas, que frequentavam os raros colégios da colônia, tendo sua formação voltada principalmente para o clero, para a medicina ou para o direito. Para Jorge de Souza Araujo, em análise acerca das características do leitor colonial:

A observação mais concreta do perfil social do leitor brasileiro colonial é que este era abastado. E do sexo masculino. Raras são as mulheres que aparecem como inventariadas e, ainda assim, pelo que parece, seus bens, sobretudo livros, teriam se originado de partilha anterior quando da morte do marido, ou irmão (1999, p. 241 - 242).

A utilização de preceptoras era uma forma de reforçar a condição da mulher, que tinha em sua juventude um programa moldado para tornar-se a mulher ideal ao casamento. Para Maria Thetis Nunes, “muitas pessoas, principalmente mulheres, eram responsáveis pela alfabetização de grande número de crianças no interior das casas-grandes e fazendas” (2008, p.37). Tendo em vista que “a preceptoria tinha a incumbência de ilustrar os jovens das ricas famílias, reparando-os para cumprir o seu papel social” (ALBUQUERQUE, 2005, p.148).

Muitas dessas educadoras trouxeram ao Brasil um modelo europeu ocidental do ser mulher, em que foram cunhados os princípios do movimento escoteiro, em que havia um “maior direcionamento da educação doméstica para as meninas. Aos meninos cabia uma educação que formasse os futuros senhores que reproduziriam a ordem da sociedade imperial” (idem, p.154).

Paralelamente a preceptoria e dentro de um ideal de modernização, o Estado no século XIX visava um afastamento do modelo educacional colonial, bem como pretendia “construir uma imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente colonial, atrasado, inculto e primitivo” (LOURO, p. 443, 2009). Era necessário educar a mulher também, a fim de modernizar-se. Afinal, a herança colonial deixou grande parte da população analfabeta, a hierarquia e os arranjos sociais restringiam a entrada da mulher nos ambientes escolares.

---

transformado e aperfeiçoado” (idem, p.118).

<sup>10</sup> Ideia utilizada por Guacira Lopes Louro quando trata da posição da mulher na hierarquia social, destacando como os jogos de poder da sociedade impunham a ela uma posição de inferioridade. (2009, p.443-444)



Com a necessidade de formar um povo ordeiro e civilizado, a escola ganhou centralidade na vida nacional, com um maior controle e intervenção do estado. Leigos ou cristãos os ambientes escolares eram regidos por preceitos morais que determinavam a existência de “professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas” (idem, p. 444), sendo que, estes profissionais deveriam ter uma postura e formação moral irretocáveis.

A professora adentrou à educação, neste princípio, em uma existência desigual e desvinculada do que seria um professor. Homens e mulheres no mesmo ofício “embora a lei determinasse salários iguais, a diferença curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro – que só seria usufruído pelos professores” (idem, p.444).

Além dos diferentes enquadramentos sociais, a professora no universo escolar representava toda uma carga de signos atrelados à mulher, a qual nunca esteve relacionada a saber, produtividade ou a espaços públicos, razão por que o *status* de professor recebeu uma carga de inferioridade. Mesmo tendo formações e delimitações legais que permitissem sua atuação profissional igualitariamente, ainda assim, “a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação” (SOUZA, 1998, p.29).

Às meninas cabia apenas ler, escrever e contar, e aprender como atuar em seus futuros lares. Para Luciano Mendes de Faria Filho, “nas escolas para meninas [...] haveria ‘ortografia, prosódia, noções gerais de deveres morais, religiosos e domésticos’” (2000, p. 150). Aos meninos, além do básico, era necessário obter noções de geometria e preparar-se para suas profissões.

As atribuições femininas tinham prioridade sobre qualquer forma de escolarização. Quanto mais pobre, as tarefas do lar e/ou da roça tornavam-se finalidades primordiais. Dese modo, a educação e os processos educativos eram empreendidos, em grande parte, à distância dos olhares femininos.

Educar, moldar e enquadrar a mulher fazia-se mister a fim de para manter a mulher em um processo submisso, de imposição do poder masculino culturalmente e historicamente construído. Elemento incorporado pelo movimento escoteiro no processo de criação no movimento bandeirante, como afirma seu fundador Baden-Powell no texto intitulado *A recompensa da mulher*,

Permitam-me ainda repetir que o sucesso na carreira não é a única, nem a suprema felicidade da vida de uma jovem. Ela tem diante de si uma recompensa que é bem mais doce porque foi conquistada por um trabalho duro, a gloriosa recompensa de uma união de acordo com seu coração e de um lar que seja santuário de sua vida. Ela partilhará essa felicidade com o marido, que será seu amigo e protetor. Mesmo tendo consciência de sua força e independência, será uma alegria sentir a proteção de um braço forte. E outra recompensa, os filhos com todo seu encanto, filhos cujas ações e pensamentos ela encaminhará para o bem. É uma grande responsabilidade, pois é a influência materna que orienta, em geral, a vida dos filhos. Se ela for consciente, se aceitar essa tarefa, bela entre todas, estará fazendo mais do que formar o caráter dos filhos: estará cumprindo uma função importantíssima e um serviço à pátria. (BADEN-POWELL, p.28-29, 1984a)

Em meados do século XIX foram criadas as escolas normais e o magistério, conforme Guacira Lopes Louro (2009) nos indica. Ainda segundo a autora, no Brasil, assim como em outros países, a educação vai se tornando aos poucos “trabalho de mulher”, em face de diversos movimentos que deslocavam a sociedade. Nessas mudanças, com a intensa urbanização e início da industrialização, os homens passaram a ocupar outros cargos, em razão de possuírem outras formações além da pedagogia. Assim, abriu-se espaço para as mulheres nas salas de aula. Esses novéis elementos de urbanização trouxeram consigo novos hábitos e costumes, que mais tarde possibilitaram rupturas nesse enquadramento social e levaram a mulher a outros espaços públicos.

O ensino ainda ocorria em classes separadas entre meninos e meninas. Sendo que, era necessária a formação de mulheres de boa índole e conduta moral para formar as meninas, e os meninos de primeiras letras. Visto que, com a “feminização do magistério” há um afastamento dos homens da sala de aula, nos anos iniciais, e incide um ideário de que a mulher, com sua característica maternal, poderia lidar melhor com os meninos mais novos e os homens trabalhariam com o ensino secundário (LOURO, 2009, p.448). No entendimento da historiadora Maria Thetis Nunes, “rompe-se, assim [...] a tradição dominante de que o lugar da mulher estudar, além do curso primário, era a Escola Normal que, realmente, desempenhou um papel decisivo na formação intelectual feminina”. (2008, p.213)

No escotismo, o modelo de mulher maternal é justificativa para o primeiro passo da mulher no escotismo. Com a criação das Alcateias de lobos, meninos de 6 a 11, a mulher passou a ser acionada pelo movimento, para auxiliar os chefes escoteiros no trato dos lobinhos, com a mesma justificativa de caráter materno.

As mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. (LOURO, 2009, p. 450)

É preciso pontuar que o exercício da docência não significou uma quebra com o ser feminino, visto que, foram reforçados justamente os elementos que enquadravam como modelo de ser mulher, um modelo de feminino, como características do exercício da profissão docente, além de um acentuado elemento da ligação maternal, entre mestra e aluno.

A chefe escoteira, por sua vez, agregou uma significação de irmã mais velha, como uma relação de proximidade, mas com o intuito de ser um modelo a ser seguindo, o modelo do bom caminho. Para comandar as tropas de meninas, a chefe tinha que ser exemplo de um conjunto de valores morais e caráter irretocável. Afinal, formar meninas tinha um sentido profundo na sociedade,

O valor de um país depende do caráter de seus cidadãos, só será superior a outras nações se a têmpera deste caráter for irrepreensível. Toda mentalidade, aliás, é modificada pela posição geográfica, educação e experiência adquirida. A influência da mãe é primordial na formação do caráter dos futuros cidadãos; ora ela não poderá dar o que não tiver; é urgente, pois, que as mães sejam capazes de influenciar os filhos,

através de sua grandeza moral. Até hoje, infelizmente, a educação do caráter não tem tido grande destaque na preparação de futuras mães. Ter caráter significa: confiança em si próprio, autodomínio, bom humor, dedicação, senso de dever, patriotismo etc. (BADEN-POWELL, 1984b, p.9)

Para o fundador do escotismo, a escola não estava dando conta de preparar os jovens de acordo com os preceitos morais que ele propunha. A proposição de uma chefe, da qual se tem ideia de irmã mais velha “quer dizer uma pessoa que saiba viver com as meninas em boa camaradagem, tomar parte em seus jogos, e rir também, de maneira a ganhar-lhes confiança” (idem, p.15)

O escotismo também se utilizou do modelo de mulher vigente em nossa cultura. A ideia não é masculinizar a menina, mas potencializar essa demarcação. Afinal, assim como o espaço escolar foi pensado de modo a apontar valores, formas de ser, e, “sugerir destinos”, com a entrada das mulheres no movimento escoteiro, essa delimitação social também atingiu o escotismo. Como afirma Baden-Powell no trecho *Mulheres masculinizadas ou companheiras*,

Poderiam me dizer que procuro masculinizar as moças. Antes pelo contrário: as moças não querem ser tomadas como bonecas, sua ambição é mais elevada; os homens tão pouco gostariam de ter bonecas como esposas, preferindo que suas mulheres sejam colaboradoras. Dizia-se que marido e mulher eram respectivamente botina e capacho, e por isso, um ou outro deveria ficar por baixo. Mas há um outro aspecto no quadro: aquele em que o marido e a mulher são amigos e colaboradores. É uma boa maneira de se compreender o casamento; compreendido assim, ele traz felicidade, a maior felicidade que se possa ter na terra. É erro grave lutar contra a Natureza, porque mais cedo ou mais tarde ela virá à tona. A Natureza nunca exigiu que homens e mulheres vivessem sozinhos. Apesar dos celibatários se julgarem livres e felizes, não sabem, não podem compreender a plenitude e a intensidade da felicidade que irradia de um lar, onde reina uma alegre camaradagem e onde os filhos aumentam a alegria. É nessa nova responsabilidade que a mulher encontrava a sua verdadeira razão de ser, e o seu reino. Ela poderá fazer do seu marido um Homem, no sentido mais elevado da palavra, ou ao contrário, causar-lhe a ruína. Ela poderá ser o verdadeiro “GUIA”. (BADEN-POWELL, 1984a, p.24-25)

Verifica-se no trecho uma acentuação do papel da mulher como a companheira do homem, que só chegará à felicidade a partir do outro, faz a mulher ser apenas como colaboradora do homem nessa reafirmação de suas posições culturais. Nesse sentido, percebe-se que neste movimento a intenção é controlar a mulher para que não desvie da norma, não saia do controle.

O principal ramo<sup>11</sup> do escotismo é o denominado escoteiro, as alcateias de lobos foram criadas posteriormente ao ramo escoteiro para destinar os meninos mais jovens

<sup>11</sup> As unidades escoteiras compõem ramos distintos delimitados por faixa etária. As Alcateias comportam lobinhos e lobinhas de 6,5 a 11 anos. As tropas escoteiras são compostas de escoteiras e escoteiros de 11 a 15 anos. As tropas seniores agregam jovens seniores e guias de 15 a 18 anos. Os clãs pioneiros compõem-se de pioneiros e pioneiras de 18 a 21 anos. As idades posteriores são de membros voluntários que podem ser chefes, assistentes, dirigentes ou que ocupem qualquer função de apoio ao Grupo Escoteiro.

que desejavam ingressar no movimento, mas não tinham idade suficiente para serem escoteiros. Quando as mulheres passaram a auxiliar o escotismo, elas tornaram-se chefes de lobos, os demais continuaram sendo chefiados por homens. Com a criação do movimento bandeirante, as mulheres passaram a ter um espaço maior, tendo em vista que era uma organização destinada a meninas.

Na escola, as mulheres mestras também encontraram uma hierarquia e instâncias de poder, por exemplo, ser diretora era promover quebras nas representações tradicionais da sociedade. Para Guacira Lopes Louro, “com exceção das escolas mantidas por religiosas, onde as mães ocupavam posição superior, nas escolas públicas, foram os homens que detiveram por longo tempo as funções de diretores e inspetores. Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica” (LOURO, 2009, p.460).

Tanto na escola como no escotismo, era preciso disciplinar o corpo e vertê-lo para um ideal de professora, de chefe, de escoteira, de mulher. Afinal, a mulher é perfeita para ser conduzida a bons valores e costumes. O sacerdócio do ser professora e do ser chefe normatizava-a como um modelo a ser seguido por crianças e jovens,

Sem dúvida a responsabilidade de ‘manter-se acima do comportamento comum’ representou um encargo social pesado e teve profundos efeitos sobre as vidas de mestres e mestras [...] eles se viram obrigados a um estrito controle sobre seus desejos, suas falas, seus gestos e atitudes e tinham na comunidade o fiscal e censor de suas ações (Idem, p.462).

Nesse jogo de poder, as representações femininas adquiriram *status* de verdade, a afirmação do óbvio. O ser mulher, professora, chefe, bandeirante, escoteira, todas as designação e caracterizações foram fabricadas e eram resultantes de um processo social, em que posições e modelos foram criados. Essas delimitações controlavam a mulher para que que cumprissem o que se entendia como a função feminina.

Ao passo em que a mulher adquiriu espaço e cresceu em sua hierarquia imaginária, nas salas de aula e nas tropas escoteiras, novos enquadramentos e condutas foram para ela estabelecidos. Salientemos que “nem sempre os enquadramentos são convergentes”, o que pode aparentar quebra pode ter uma finalidade de enquadramento (idem, 466).

A escola foi moldando a subjetividade da mulher, assim como o escotismo. Essa é uma interferência subjetiva da sociedade patriarcal, como uma disciplinarização dos corpos para induzir comportamentos. “É desejo de eliminação da diferença, de normalização do outro” (RAGO, 1997, p. 61).

Frágil e soberba, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamentos e etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltado as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos

acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (idem, p.62)

Um novo caráter atingiu a docência feminina, o de *doação*, que incidia na ideia de encarar a profissão de professora como um sacerdócio e fazer a mulher viver em prol do outro. Dessa forma, ressaltando que se deveria esquecer de quem é e passar a uma imagem severa, controladora, que inibia seus afetos e sentimentos. Os “regulamentos das antigas escolas normais proibiam professoras e professores de conversar com seus alunos e alunas nos intervalos das aulas [...] eles estavam normatizando as relações e constituindo limites para aproximações entre pessoas” (LOURO, 2009, p. 428). Foram produzidas ideias de distanciamento, limites de aproximação, um controle perverso dos afetos.

Quanto ao aspecto da sexualidade no ambiente escolar, a mulher passou esconder e censurar referências aos sexos. A ideia de que a mulher deve ensinar meninos, e no máximo os meninos mais jovens, perpassa pela conotação de não revelar a sexualidade da professora-mulher. Os arranjos sociais são orquestrados de forma a hierarquizar os gêneros e manter a caracterização do feminino na penumbra. Estes processos formativos refletiam desigualdades de gênero, de sexo, de raça, entre outras coisas (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2008, p.69).

Muitos pressupostos foram impostos a mulher de forma a qualificar sua existência como um fardo. Sendo que, “as representações de professoras carregaram, através dos anos, algumas continuidades, mas também se transformaram historicamente”, assim como as representações da bandeirante que adquiriu espaços e caracterizações distintas das até então apresentadas, e que posteriormente a tornam escoteira (idem, p. 470).

Em 1879, “as escolas superiores brasileiras não admitiam mulheres” (NASCIMENTO, 1999, p. 204). Por conta disto Tobias Barreto (1839-1889), reconhecido intelectual sergipano, no exercício do mandato de deputado provincial do Partido Liberal na Assembleia Legislativa de Pernambuco, defendeu a co-educação dos sexos e a participação feminina no mercado de trabalho, entendendo que era necessária a discussão acerca da educação feminina. Para Jorge Carvalho do Nascimento,

Tobias Barreto mostrava-se indignado com a situação social e jurídica da mulher brasileira e costumava afirmar ser impossível manter-se um país com tal situação. Considerava absurda a condição da mulher casada, tida juridicamente como relativamente incapaz, deixando a sociedade brasileira numa situação que Tobias Barreto caracterizava como sendo uma espécie de despotismo na família (idem, 204).

Nos anos finais do Período Imperial, esta era a discussão empreendida pelo intelectual e político Tobias Barreto, propondo a criação de escolas em nível superior para o acesso das mulheres.

No final do século XIX, a escola empreendeu novas concepções educacionais nessa iniciativa de formar o cidadão brasileiro. Essas mudanças relacionadas a elementos das disciplinas escolares como a escrita, a leitura e as ciências naturais, influenciadas por um pensamento de tentar adaptar práticas estrangeiras à realidade nacional brasileira.

Nos primeiros anos do século XX até a década de 30, consolidou-se um modelo educacional denominado Grupo Escolar, sob influência do movimento da Escola Nova. Tinha-se em vista que “a cultura escolar elaborada tendo com eixo articulador os grupos escolares atravessou o século XX, constituindo-se referência básica para a utilização racionalizada do tempo e dos espaços e para o controle sistemático do trabalho das professoras, dentre outros aspectos” (FARIA, 2000, p.147). Para a questão da educação da mulher, no período, Rosa Fátima de Souza entende que,

A implementação dos grupos escolares reafirmou o princípio da igualdade da educação entre os sexos ao estabelecer igual número de classes para meninas e meninos. No entanto, impediu a co-educação. Embora tenha dificultado maiores condições de acesso à educação ao sexo feminino, a escola primária paulista, pública e laica, não ousou avançar em relação aos padrões morais predominantes na sociedade brasileira. A coexistência de meninas e meninos em uma mesma escola já era usual em algumas escolas mistas desde o Império. Contudo, essas escolas decorriam de um expediente administrativos e configuram-se em uma solução para a escolarização de crianças em localidades onde era insuficiente o número de alunos de um e outro sexo para formar uma escola. Porém, a co-educação implicava uma concepção pedagógica e social concernente à conveniência da educação da educação conjunta de dois sexos. (1998, p.47)

Escolas em que havia separação entre meninos e meninas ainda eram mantidas, por vezes, entretanto, espaços eram compartilhados, mas não ocupavam juntos. Mesmo com a defasagem de classes para a demanda e o alto índice de analfabetismo, quando a discussão chegava ao ponto co-educação, todo um regime de moralidades cristã não permitia a adoção de escolas com práticas co-educativas.

Nos anos iniciais da República, em caráter excepcional classes dirigidas por mulheres já recebiam meninos e meninas juntos, por conta da falta de professores para ocupar as duas classes em separado, entretanto não se davam relações e atividades co-educativas entre os alunos, sendo recomendada a separação de conteúdos entre meninos e meninas, bem como o cuidado para não criar um ambiente desarmônico e desrespeitoso.

A reforma educação desenvolvida por Gustavo Capanema, no período da Era Vargas, também não avançou para a questão da co-educação, visto que a sociedade estava extremamente marcada pelos preceitos morais difundidos pela igreja, que reafirmava a ideia do pecado original, em que as meninas poderiam ser Evas levando os meninos, os Adões, ao pecado e à perdição.

Neste processo de compor e decompor, a sociedade aos poucos foi migrando para uma escola mista. Essa passagem culminou na década de 70 do século XX, muito recentemente, quando se instaurou um modelo de escola mista, em uma educação voltada a meninos e meninas, homens e mulheres juntos em salas de aulas, fazendo com que houvesse uma pressão sobre as escolas que permaneciam não mistas a migrarem de situação. Quanto a este período e as mudanças culturais que produziram um outro conceito de mulher, Charlinton Machado (2009) indica que,

Um furacão de mudanças culturais agitou o mundo ocidental e por consequência o Brasil, nos primórdios dos anos 1960. Nesse cenário, sobretudo, as bases no moralismo patriarcal católico foram questionadas, produzindo uma crítica cultural a partir de questões do agir humano vinculadas às questões de sexo, raça, etnia e classe social. Período, em que as mudanças foram se sucedendo com a incrível velocidade da emancipação feminina, particularmente, com a libertação dos costumes promovida pela chamada revolução sexual, na contramão desses acontecimentos. (p.81)

É necessário pontuar que a compreensão de escolas mistas é entendida como ter meninos e meninas juntos em classes denominadas mistas, mas isso não significa participarem juntos de aulas e atividades mutuamente, em um ambiente que permita a igualdade entre os sexos. A escola não tem conseguido quebrar com a lógica binária, que não comporta mais a realidade vivenciada como realidade hoje. O entendimento com relação à co-educação se dá para além de se ter aulas mistas, com meninos e meninas juntos, mas que essas classes permitam a interrelação entre homens e mulheres, bem como parta de princípios de igualdade, e não de desigualdade reiterados pelas escolas mistas mesmo na escola da contemporaneidade.

Ao contrário de nosso passado, cada vez mais a mulher tem adentrado o mundo do trabalho e em áreas em que houve um difícil e demorado reconhecimento para seu ingresso. São demarcações historicamente masculinas que estão se modificando como os ambientes acadêmicos e a produção de conhecimento que nunca foi atrelada a mulher. Há um recrudescimento das diferenças salariais e nos acessos a cargos de chefia. No entanto, ainda há o predomínio de mulheres em profissões que passaram pelo processo de feminização, tal como o cargo de professora do ensino fundamental menor, em que homens enfrentam dificuldade em ingressar na docência para esta faixa etária.

Estas novas relações têm produzido outras subjetividades e dimensões do desejo, em processos de subjetivação que atuam de forma a compor modelos de ser homem ou mulher.

A mulher contemporânea vive nessa intensa movimentação e condução de valores e adquiriu um ar de independência permeado das imposições do mundo. É mãe, profissional, esposa, e por vezes, pai e mãe ao mesmo tempo, comandando a casa. Em alguns casos, seu marido cuida das crianças e da casa. Existem mulheres independentes financeiramente, mas em outros momentos permanecem em um casamento por conta da culpa, do medo, que tanto amedrontam as Marias da Penha, ou porque o casamento corresponde a um elemento de legitimação social. “A mulher [...] é um borrão de atividade. Ela sofre pressões no sentido de ser tudo de todos” (ESTÉS, 1994, p.15-16).

Sutilmente a sociedade de controle subjetiva as formas de ser e compreender-se mulher. Na crise das instituições modernas que vivenciamos encontra-se a escola. Nesse processo a família também está por se dissolver, em meio às transmutações e contradições vividas na contemporaneidade, os elementos tradicionais de pai e mãe em muitos núcleos familiares já não correspondem aos ideais e modelos tradicionais. Os próprios referenciais construídos de homem e mulher, em nossa sociedade marcada pelo patriarcalismo, têm sofrido profundas modificações. “Os homens se deram conta que a sexualidade feminina é diferente do que eles imaginavam, porque eles têm noções construídas por médicos,

intelectuais e cientistas homens que definiram uma identidade da mulher que não confere com a forma como elas se entendem” (RAGO, 2011, p.5). Estamos vivendo um momento de mudança na forma como compreendemos a nós mesmos.

### 3 - A co-educação para escoteiros e bandeirantes

Por um tempo esses dois movimentos mantiveram-se afastados das discussões acerca das escolas mistas, todavia ao se pensar sobre escoteiros e bandeirantes não há como escapar da ideia de que são lugares de co-educação.

Para o escotismo, havia uma ideia de não ser apenas um ambiente misto, juntar meninas e meninos nas tropas escoteiras. Ao idealizar o movimento escoteiro, B.-P. já pensava na sua aplicação para mulheres, o que se confirma em sua afirmativa de que o escotismo “pode ser estendido para o treinamento de meninas”. Mesmo assim, tendo em vista a constituição moral da sociedade inglesa, foi preferível criar dois movimentos separados: o bandeirante e o escoteiro.

Em 1915, a Associação Brasileira de Escoteiros tinha um departamento voltado às mulheres, em que meninas recebiam o adestramento escoteiro. Muitas associações internacionais já adotavam a co-educação e obtinham êxito<sup>12</sup>. Entre os anos 1915 e 1950, vários grupos experimentaram tropas mistas. A UEB autorizou o funcionamento do primeiro Clã misto em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no ano de 1968, sendo oficializado onze anos mais tarde. As primeiras Alcateias Mistas Experimentais começaram a funcionar em 1978. Escoteiras e guias, respectivamente, em 1980 e 1981. A partir de 1982, o ramo lobo.

Com a adoção de 16 grupos escoteiros experimentais, foi posta em prática a co-educação para que o movimento pudesse discutir a co-educação e pensar nas demandas geradas pela presença de mulheres nas atividades escoteiras. No documento n° 1<sup>13</sup> sobre a co-educação no Brasil já havia um indicativo: “a progressiva expansão que temos alcançado, no número de Grupos Escoteiros que já tiveram autorização para receber lobinhas, demonstra que a decisão de implantar a co-educação, realmente atende a frequentes desejos da família e da comunidade”.

Na 28ª Conferência Escoteira Mundial, em Dacar – Senegal, no ano de 1981, houve um círculo de estudo sobre co-educação em que o tema passou a ser compreendido como um projeto educacional, comum para rapazes e moças. Em uma perspectiva de que “a co-educação questiona os modelos tradicionais dos papéis masculinos e femininos, no sentido de uma maior igualdade e de uma maior co-responsabilidade”<sup>14</sup>.

Nessa reunião, questões como o fato de que nas experiências promovidas nem sempre a co-educação foi adotada em todos os ramos foram postas em discussão.

<sup>12</sup> UEB – União dos Escoteiros do Brasil. Documento II: A Co-Educação Do Brasil. *Sempre Alerta*: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil. Brasília: UEB, julho/agosto, n.º 79, 1982.

<sup>13</sup> BALLESTEROS, Bernardo A. Documento I: Escotismo e Co-educação – (Presidente Da Comissão Interamericana De Programa). *Sempre Alerta*: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil. Brasília: UEB, novembro/dezembro, n.º 64, 1980.

<sup>14</sup> UEB. *Resoluções da XXVIII Conferência Escoteira Mundial*. Dacar: UEB, agosto, 1981.



Adotaram-se assim três níveis de co-educação: a co-educação com grupos mistos; a co-educação com seções mistas; e a co-educação com equipes mistas. Os problemas levantados foram com relação à resistência que as mulheres encontraram para ocupar cargos de comando, e devido ao desenvolvimento da adolescência foi necessário recrutar chefes mais velhos e a questão do limite de expansão.

Aos poucos as resoluções da UEB responderam a esses problemas como o incentivo a ter chefe dirigindo seções ou grupos, delimitação de idade que o chefe deveria ter para atuar nos ramos escoteiros e a quantidade de chefes necessários para quantidades de jovens. Quanto à questão da liderança de mulheres no movimento, o documento nº 3 sobre co-educação no escotismo informa que “a eventual liderança dos elementos masculinos, resultante de sua maior experiência escoteira, deve ser equilibrada com justas oportunidades de desenvolvimento das meninas e moças e de sua chefia, inclusive nas atividades mistas”<sup>15</sup>.

Dois anos mais tarde, na 29ª Conferência Escoteira Mundial, em Detroit-Michigan, nos Estados Unidos. Uma das discussões teve como tema a co-educação, em que foram deliberadas as ações que seriam desenvolvidas sobre co-educação no movimento escoteiro a fim de propiciar atividades em conjunto para que tivessem mais subsídios sobre a prática co-educativa.

No encontro de escoteiros-chefes do Cone Sul e Brasil, em Assunção, no ano de 1981<sup>16</sup>, estabeleceu-se a proposta de um programa de co-educação que possibilitasse a formação integral dos membros da associação, a fim de eliminar a discriminação das mulheres no Movimento Escoteiro e obter uma maior participação da família. Sua resolução fixou o trabalho conjunto da Associação Mundial das Guias e a Organização Escoteira Mundial, já que os estudos sobre o tema indicavam os benefícios que o Guidismo e Escotismo teriam com a co-educação, reforçando a validade de atividades mistas internacionais.

Os tipos a serem adotados seriam as seções independentes<sup>17</sup>, integradas<sup>18</sup> e as mistas<sup>19</sup>. Neste momento, a Asociación de Guias y Scouts de Chile atuava basicamente com seções independentes. O Instituto Nacional de Scoutismo Argentino decidiu atuar com seções independentes mistas. A União dos Escoteiros do Brasil resolveu testar o sistema de tropa mistas, iniciando pelas alcatéias. A Asociación de Scouts do Paraguai resolveu adotar em caráter definitivo a presença de meninas e moças, em seções mistas. A Boys Scouts Del Uruguay, adotou a co-educação somente para o ramo Pioneiro (Rovers). Em todos os países, não houve restrição de ingresso de moças. As chefes mulheres passaram a ter formação para atuarem nas seções, para tanto foram disponibilizados cursos mistos.

B.P. sempre quis que o Escotismo fosse se modificando conforme as mudanças da realidade. O movimento que se iniciou com patrulhas de escoteiros, logo precisou criar Alcatéias de Lobinhos, Clãs Pioneiros e as Bandeirantes, mas no princípio as mulheres

<sup>15</sup> UEB. Documento III – A co-educação no Escotismo Brasileiro. *Sempre Alerta*: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil. Brasília: UEB, 1985.

<sup>16</sup> UEB. Co-Educação (Encontro de Chefes do Cone Sul e Brasil). *Sempre Alerta*: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil. Brasília: UEB, 1981.

<sup>17</sup> Com uma seção feminina paralela à masculina, com a realização de atividades mistas progressivamente.

<sup>18</sup> Com matilhas ou patrulhas do mesmo sexo, com os dois tipos numa mesma seção.

<sup>19</sup> Com rapazes e moças agrupados em uma mesma seção.

não estavam realmente integradas. A co-educação já ocorria em outras associações que trabalhavam com jovens, mas não poderia ser apenas o ato de juntar na mesma atividade meninos e meninas, mas de possibilitar que existisse uma cooperação entre os sexos durante atividades escoteiras, como respeito às multiplicidades envolvidas nesse movimento educacional. No documento sobre a co-educação na região interamericana, há o registro do conceito adotado pelo movimento escoteiro no período:

A co-educação é um processo pelo qual meninos e meninas, rapazes e moças vivenciam um plano educacional para um melhor e mais harmônico desenvolvimento da personalidade, favorecendo a educação recíproca de uns pelos outros e levando em consideração as realidades locais e pessoais. Isto tendo presente os fins e o método do Escotismo. A co-educação não é, portanto, simplesmente uma questão de reunir crianças e jovens de ambos os sexos.<sup>20</sup>

Com o estudo sobre a implantação da co-educação no escotismo, o movimento chegou à conclusão de que estavam discriminando sexualmente. A sociedade em que escoteiros e bandeirantes conviviam era plural, mas dentro do movimento estavam separados. Desse modo, notava-se que o escotismo estava desvinculado da realidade e se fazia necessário adequar o movimento escoteiro à co-educação.

Durante reunião das conferências mundiais do movimento escoteiro, ficou decidido o estabelecimento do convênio mundial entre o Movimento Escoteiro e o Movimento de Guias Escoteiras Mundial (Bandeirantes), tendo em vista que o movimento escoteiro foi criado para o ser humano, sem distinção de sexo. Assim, a co-educação seria um dos objetivos do escotismo, lançando-se um debate acerca da co-educação nas diversas associações escoteiras. Com a recomendação de que fosse implantado gradativamente após debates qualificados, analisando as experiências anteriores com co-educação, procurando não alimentar estereótipos, mas sim, promover a integração, conhecer os programas de educação sexual empreendidos nas escolas, planejar a transição e escolher a forma de transição de acordo com as demandas dos grupos escoteiros.

Nos subsídios para análise da co-educação havia os pré-requisitos mínimos para sua implantação nos grupos escoteiros. De uma forma geral, as exigências eram a promoção da discussão entre os chefes sobre a co-educação para que não fosse uma ação isolada, sem a devida fundamentação.

A assembleia de grupo deveria verificar a opinião dos pais, porque a presença e auxílio dos mesmos seriam imprescindíveis nesse processo, até mesmo para que não ocorressem dúvidas e reafirmação de estereótipos, tendo em vista a composição da chefia no que se refere a quantidade, faixa etária, formação escoteira e o ser mista, para poder abrir inscrições para matinhas ou patrulhas. Eram pontos imprescindíveis fazer um planejamento anual com atividades co-educativas do grupo e formar chefia capaz de lidar com as atividades mistas, e promover avaliações da aplicação do programa, para produzir mais elementos que devem ser levados em conta em futuros processos de inserção de tropas mistas.

---

<sup>20</sup> SUFFERT, Rubem. A Co-Educação Na Região Interamericana. *Sempre Alerta*: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil. Brasília: UEB, novembro/dezembro, 1980.

Estas foram as recomendações e primeiros momentos de implantação da co-educação no escotismo brasileiro, assunto que permeou as discussões do período. Atualmente, meninos e meninas participam de tropas escoteiras, por vezes mistas, outras separadas, mas exigências continuam as mesmas de chefia mista e com formação escoteira. Entretanto, não é difícil encontrar um grupo escoteiro só com meninos, a ideia que se tem de escoteiro é de que realmente é para meninos, e as bandeirantes para meninas.

O POR - Princípios, Organização e Regras (2008) da UEB permite que a existência de grupos, patrulhas ou matilhas apenas para meninas ou meninos<sup>21</sup>. É facultativo a cada grupo abrir espaço para as mulheres. Ainda continua em um pensamento de exclusão da diferença, e existem muitos espaços no movimento escoteiro que a mulher não tem ocupado. Os grupos podem decidir por implantar seções separadas, mas no caso de ser mista para ser criada ou transformar uma seção existente em mista tem que levar em consideração a decisão da assembléia de grupo, o que torna mais dispendioso o processo de co-educação de acordo com próprio conceito estabelecido pela UEB. Há uma recomendação para realização de atividades co-educativas mesmo para seções que não são mistas para que se cumpra o Programa de Jovens, no que concerne a socialização dos mesmos.

Compreendemos o escotismo como um movimento educativo que se modifica mas que, às vezes, permanece com preceitos que tendem a agir como norma. É uma educação para além da forma como o conceito moderno concebeu, permeando toda a vida, todas as capacidades que nos compõe, conhecidas ou não.

O escotismo é um movimento para os jovens, segundo suas próprias definições, em que adultos colaboram de forma voluntária, contribuindo com o desenvolvimento de jovens. O próprio B.-P. no guia para as bandeirantes declarava “acredito que este plano possa ser considerado um programa de educação, e não de instrução, pois as meninas devem ser levadas a assimilar tais princípios por iniciativa própria – e isto é educação, e não recebendo de outrem seus conhecimentos – o que vem a ser instrução” (BADEN-POWELL, 1955, p.11).

Portanto, o escotismo é um movimento pensado e organizado para os homens, no qual as mulheres ocuparam suas tropas há muito pouco tempo. A WOSM tem problematizado esta presença recente. Entretanto, essa educação não atinge apenas as mulheres, ou as implicações entre os gêneros tão delimitados por nossa sociedade, o escotismo promove encontros de singularidades, para Silvio Gallo “a educação é, necessariamente, um empreendimento coletivo. Para educar – e para ser educado – é necessário que haja ao menos duas singularidades em contato. Educação é um encontro de singularidades” (2012, p.1). São multiplicidades de diferenças que não comportam as aprisionadoras palavras homem e mulher, mas são diferenças presentes e pulsantes.

Em 2003, a WOSM produziu o documento *One of the boys? Doing gender in Scouting (Um dos meninos? Fazendo gênero no Escotismo)*, que é parte de um estudo feito pela professora Harriet Bjerrum Nielsen, do Centre for Womens Studies and Gender Research (Centro de estudos das mulheres e pesquisa gênero), da Universidade de Oslo.

---

<sup>21</sup> As matilhas e patrulhas compõem seções que é a unidade do movimento Escoteiro que congrega os membros de um mesmo Ramo. Conforme os Ramos, elas podem ser: Ramo Lobinho - Alcatéia de lobinhos, Alcatéia de lobinhas ou Alcatéia mista; Ramo Escoteiro - Tropa de escoteiros, Tropa de escoteiras ou Tropa escoteira mista; Ramo Sênior - Tropa de seniores, Tropa de guias ou Tropa sênior mista; e Ramo Pioneiro - Clã Pioneiro.

Com o objetivo de pensar as questões de gênero surgidas a partir da presença da mulher no escotismo. Este estudo contou com a colaboração de chefes escoteiras da Dinamarca, Portugal, Rússia e Eslováquia, tendo em consideração as questões regionais, culturais, sociais e religiosas que incidem nas discussões sobre gênero.

As diferentes caracterizações que comportam cada país influenciam nas relações de gênero desses lugares, como por exemplo, as distintas concepções do que seja gênero, as diferentes formações e construções religiosas, a diversidade cultural e os aspectos sociais constituem um emaranhado no qual estão essas mulheres participantes desse estudo. Os países escolhidos são europeus com uma participação de mulheres no movimento escoteiro entre 50% até 41% do seu efetivo total. Foram escolhidos por apresentar contrastes de concepções culturais e religiosas acerca do gênero.

A autora argumenta que as próprias concepções de gênero para o escotismo são profundamente complexas e levando em consideração essas realidades opostas e as implicações que a contemporaneidade tem apresentado, a construção de subjetividades de mulheres no escotismo está em movimento sem fixação ou conclusão e que essas considerações foram pensadas, tendo em vista, países com algumas características diferentes. Entretanto, se pararmos para pensar as multiplicidades, as quais o escotismo promove encontros no mundo essas concepções são infinitas e fogem às nossas mãos.

Com este estudo, passamos a compreender que o problema da inclusão da mulher entre os escoteiros perpassa pelo entendimento de que não devemos partir dessas construções culturais já postas e perpetuadas do que é ser homem ou mulher. Essa divisão é o próprio cerne da discussão, porque exclui a diferença, o outro desviante desse enquadramento. O escotismo é um encontro de singularidades, “cada singularidade é a dobra do eu no outro e do outro no eu. O processo educativo, assim, só pode ser imanente, relativo ao grupo e dependente daquele grupo, sendo irrepetível. Ou melhor, uma experiência educativa assim pensada pode ser repetida, mas gerará diferença, não o mesmo” (GALLO, 2012, p.15).

Educação, palavra que não comporta princípios de desigualdade, delimitação de acesso ou não; está em movimento, promovendo encontros, são linhas que atravessam entre o aprender e ensinar, o ensinar e aprender, e outras possibilidades. Se ainda falamos e discutimos as velhas questões de gênero, entre o masculino e o feminino, e continuarmos a queimar sutiãs e alimentarmos revoltas, é porque não conseguimos enxergar as ilimitadas diferenças que nos perpassam, e nos encontram. A mulher é apenas a porta de entrada do pluriverso de multiplicidades. Esta tem que ser uma discussão presente no movimento, como se trata de uma presença recente de mulheres é preciso pensar como esses elementos têm refletido na prática do escotismo.

### Considerações finais

A sociedade ocidental tem reiterado uma ideia grega de que a mulher tem uma posição social inferior ao homem, o adulto e cidadão. A educação, para elas, está na finalidade de formá-la, para que no futuro transmita valores, uma moral a seus filhos e que cuidem de seus maridos.

A escola e o escotismo também têm canalizado os melhores alunos e escoteiros em busca de um projeto da *pólis* para a juventude. Estes são lugares de exclusão e da diferença

esses espaços não foram pensados para a mulher. O próprio movimento escoteiro foi criado em um momento em que o espaço em que se espelhava, a escola, enquadrava em espaços distintos homens e mulheres.

Também é preciso pensar que, o momento em que o escotismo abriu a possibilidade para entrada de meninas, a sociedade não via aquele como um lugar para elas. Assim como tantos outros, um dia também foi a escola, a universidade, o mundo do trabalho fora do lar. Mesmo que carregue todo um pensamento patriarcal que vê a mulher e não concebe que meninas possam construir a autonomia, acampar, liderar, e romper com enquadramentos tão impostos e acionados para defender uma superioridade masculina. Em um período as mulheres quase não ocupam o lugar público no meio social.

Entretanto, é imprescindível considerar que “todos os processos educativos sempre estiveram – e estão – preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, jovens, homens e mulheres. Os corpos foram – e são – objeto da mais meticulosa atenção, não apenas das escolas, mas de várias instâncias sociais” (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2008, p.7).

Esses são os aspectos iniciais e os primeiros delineamentos da construção das subjetividades de mulheres em nossa sociedade. Ainda há muito para analisar acerca da co-educação no escotismo. Compreendendo que estas são algumas considerações e possibilidades para pensar os enquadramentos feitos a mulher no pluriverso escolar.

O território do escotismo tem que proporcionar aos jovens um espaço educacional propício ao seu desenvolvimento, favorecendo a educação recíproca de uns pelos outros e levando em consideração as realidades locais e pessoais. Tendo em vista, sobretudo, que os aspectos da contemporaneidade territórios educativos não podem continuar a enquadrar o outro dentro de um modelo do que ser e o que não ser, essas delimitações sociais e culturais só agem em prol da exclusão da diferença.

### Documentos acerca da co-educação

BALLESTEROS, Bernardo A. Documento I: Escotismo e Co-educação – (Presidente Da Comissão Interamericana De Programa). *Sempre Alerta: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil*. Brasília: UEB, novembro/dezembro, n.º 64, 1980.

SUFFERT, Rubem. A Co-Educação Na Região Interamericana. *Sempre Alerta: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil*. Brasília: UEB, novembro/dezembro, 1980.

UEB – União dos Escoteiros do Brasil. Documento II: A Co-Educação Do Brasil. *Sempre Alerta: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil*. Brasília: UEB, julho/agosto, n.º 79, 1982.

\_\_\_\_\_. Co-Educação (Encontro de Chefes do Cone Sul e Brasil). *Sempre Alerta: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil*. Brasília: UEB, 1981.

\_\_\_\_\_. Documento III – A co-educação no Escotismo Brasileiro. *Sempre Alerta: Informativo da União dos Escoteiros do Brasil*. Brasília: UEB, 1985.

\_\_\_\_\_. *Resoluções da XXVIII Conferência Escoteira Mundial*. Dacar: UEB, agosto, 1981.

## Referências

- ALBUQUERQUE, S. “Educando as filhas do Barão”. In: \_\_\_\_\_. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia, 2005. p. 147-159
- ARAUJO, Jorge de Souza. *O perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.
- BADEN-POWELL, Robert Stephenson Smyth. *Escotismo para rapazes (Scouting for Boys)*. Trad. Altamiro Vilhena e Luiz Cesar de Simas Horn. Edição comemorativa do centenário do escotismo. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Guidismo I: para escoteiras e guias escoteiras*. Trad. União dos Escoteiros do Brasil. Extratos do livro de *lord Baden-Powell Girl Guiding*, publicado em 1921. Brasília: União dos Escoteiros do Brasil, 1984a.
- \_\_\_\_\_. *Guidismo II: para escotistas*. Trad. União dos Escoteiros do Brasil. Extratos do livro de *lord Baden-Powell Girl Guiding*, publicado em 1921. Brasília: União dos Escoteiros do Brasil, 1984b.
- \_\_\_\_\_. *Girl Guiding: para fadas, bandeirantes, guias e chefes*. Rio de Janeiro: Federação das Bandeirantes do Brasil – FBB, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Lições da escola da vida*. 2ª Ed. Brasileira. Curitiba: UEB, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O Manual do Lobinho (The Wolf cub’s handbook)*. Trad. União dos Escoteiros do Brasil. Rio Grande do Sul: União dos Escoteiros do Brasil, 1985.
- BOULANGER, Antonio. *O Chapelão: Histórias da vida de Baden-Powell*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CCME – Centro Cultural da Memória Escoteira. “90 anos do Escotismo no Brasil”. In: *Memória Escoteira*. CCME: Rio de Janeiro. Ano VI. Nº 38. MAR/NOV – 2000.
- FARIA Filho, Luciano Mendes. “Instrução elementar no século XIX”. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. – Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GALLO, Silvio. *Eu o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença*. Disponível em: <[www.grupodec.net.br/ebooks/GalloEuOutroOutros.pdf](http://www.grupodec.net.br/ebooks/GalloEuOutroOutros.pdf)>. Acesso em: 20.01.2012. 16 p.
- HILLCOURT, William. “História de B.-P. – Lord Baden-Powell of Gilwel fundador do movimento escoteiro, Escoteiro-Chefe Mundial”. In: BADEN-POWELL, Robert S. S. *Escotismo para rapazes*. Trad. Altamiro Vilhena e Luiz Cesar de Simas Horn. Edição comemorativa do centenário do escotismo. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2008.

- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZI, Carla (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 4 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MACHADO, Charliton José dos Santos. *História e Memórias do conservadorismo feminino no Brasil: do golpe aos primeiros anos da ditadura militar questões políticas e educacionais (1962-1967)*. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada*. Londrina: UEL, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- \_\_\_\_\_. Idade e gênero na Pedagogia do Escotismo. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org.). *Ensino Superior, Educação Escolar e Práticas Educativas Extra-Escolares*. – São Cristóvão: Editora UFS, 2006.
- NIELSEN, Harriet Bjerrum. *One of the boys? Doing gender in Scouting*. Switzerland: WOSM, 2003.
- NUNES, Maria Thetis. *A História da Educação em Sergipe*. 2º Ed. São Cristóvão: UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O natural não é ser homem ou mulher*. Entrevista com o Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: < [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=33792](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=33792) >. Acesso em: 11.11.2011.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.
- UEB – União dos Escoteiros do Brasil. “100 anos de escotismo”. In: \_\_\_\_\_. *Sempre Alerta*. Informativo da UEB nº 162 – fevereiro de 2007.
- \_\_\_\_\_. *Guia do Escoteiro/Escoteira novíço(a)*. Brasília: Editora Escoteira, 1987.
- \_\_\_\_\_. *POR - Princípios, Organização e Regras*. Curitiba: Editora Nacional, 2008.
- \_\_\_\_\_. O que é a escola de chefes da federação paulista de escoteiros. *O escoteiro*. UEB, janeiro, n.º 1, 1945.

*Recebido em outubro de 2012  
Aprovado em fevereiro de 2013*